

RESPIGAR A ESTRATÉGIA NACIONAL ENTRE OS SÉCULOS XVI A XIX

JOÃO VIEIRA BORGES

“Vós, Portugueses, poucos quanto fortes,
Que o fraco poder vosso não pesais;
Vós, que, à custa de vossas várias mortes,
A Lei da vida eterna dilatais:
Assim do Céu deitadas são as sortes
Que vós, por muito poucos que sejais,
Muito façais na santa Cristandade,
Que tanto, ó Cristo, exaltas a humildade!”¹

Em jeito de introdução analítica a um período que compreende cerca de trezentos anos da História de Portugal e que abarca nove pensadores e obras publicadas entre os séculos XVI e XIX (felizmente, muitas outras obras se fizeram...), iremos, muito resumidamente, caracterizar as grandes linhas da Estratégia Nacional nestas centúrias.

O período que decorre entre Diogo do Couto, já nos finais do século XVI, até ao tempo de D. Luís da Câmara Leme, no final do século XIX, não foi enquadrado por qualquer conceito estratégico explícito, mas por opções estratégicas que tentaremos interpretar com o auxílio de outros pensadores que trabalharam com maior rigor e saber estes períodos. Referimo-nos às reflexões actualizadas do General J. Loureiro dos Santos (*Como Defender Portugal*, 1991), ao Major-General V. Rodrigues Viana (*A Evolução do Conceito Estratégico Nacional da Fundação ao Estado Novo*, 1996), a Jorge Borges de Macedo (*História Diplomática Portuguesa: Constantes e Linhas de Força*, 1987), a Rui Bebiano (*A Pena de Marte: Escrita da Guerra em Portugal e na Europa sécs. XVI-XVIII*,

¹ CAMÕES, Luís de – *Os Lusíadas*, com comentários de José Hermano Saraiva e ilustrações de Pedro Proença, Expresso/Grupo Totta, Lisboa, 2003, Canto VII, Estrofe III.

2000), a António Telo (*Portugal e Espanha nos Sistemas Internacionais Contemporâneos*, 2000) e ao Major-General Freire Nogueira (*As Guerras Liberais*, 2004), sem esquecermos as nossas *Intervenções Militares Portuguesas no Século XVIII*, recentemente editadas (em 2000).

As opções estratégicas que a seguir sintetizamos não são mais do que as grandes linhas de força em torno da *Pena* e da *Espada*, esboços de coação (de índole político-diplomática e militar) facilmente perceptíveis. Tentaremos, deste modo, identificar os objectivos nacionais relativamente a períodos distintos, mas focados pelos nossos pensadores e respectivas obras. Esta síntese não permite dispensar leituras mais cuidadas, simultaneamente justificativas e complementares de resumos, sempre discutíveis, apesar do seu interesse pedagógico, literato e histórico, sobretudo em obras compostas por vários autores.

Começemos, então, pelo século XVI, a época áurea dos Descobrimentos e da Expansão Ultramarina (de 1415 a 1542) e durante o qual os objectivos políticos nacionais passavam sobretudo pela obtenção de zonas de exploração económica “com vista a manter a liberdade de acção política face a Castela” (Viana, p. 81), e sem esquecer o próprio domínio político de Castela. Foi claramente um período de acção estratégica ofensiva e que atingiu o seu auge com o reinado de D. Manuel I.

De acordo com Rodrigues Viana, os grandes objectivos nacionais deste período passaram: pela “obtenção e manutenção do monopólio do comércio com o Noroeste Africano, Guiné e Índia; pela obtenção e manutenção da liberdade de acção nos mares, nomeadamente no Atlântico e no Índico; pelo desenvolvimento da ciência náutica e o poder marítimo do reino (por forma a obter um diferencial tecnológico que garantisse o domínio dos mares); pelo incremento das relações diplomáticas com os povos indígenas, nas áreas de exploração (por forma a conseguir equilíbrios favoráveis ao domínio por Portugal); e por conseguir entrelaçamentos dinásticos, a apoiar militarmente, que levassem à união ibérica, sob Portugal.” (p. 81).

Para Borges de Macedo, “Portugal, no primeiro quartel do século XVI, aproximava-se das áreas do equilíbrio europeu, mas perdia autonomia quanto às áreas para equilíbrio peninsular de que podia dispor e que tinha cuidadosamente construído. Na luta entre a França e a Espanha que se desenvolvia em todos os mares e centros de decisão europeus, a neutralidade tradicional da coroa portuguesa tornava-se difícil.” (p. 83).

Segue-se um período de grande crise no Império, em parte pela sua grande extensão, e consequente incapacidade de controlo, em face das múltiplas ameaças. É o período de D. João III, e que Rodrigues Viana divide em duas fases distintas: uma de acção estratégica essencialmente defensiva (de 1542 a 1568); e uma

segunda, com uma acção estratégica ofensiva, directamente relacionada com o sonho da conquista marroquina, cujas consequências levariam Portugal ao domínio espanhol entre 1580 e 1640.

Segundo Rodrigues Viana, o primeiro período (1542-1568), pode ser caracterizado pela “diminuição do esforço na Índia, pela retracção em Marrocos, pelo esforço no Brasil, pelo grande empenhamento na defesa das rotas de navegação (luta intensa contra os corsários no Atlântico e no Brasil), mas também pela manutenção da neutralidade relativamente aos conflitos europeus.” (p. 106).

De acordo com Freire Nogueira, este é um período do refluxo e em que a defensiva “é já apenas um recurso que se revela incapaz de travar uma degradação progressiva” (p. 73). Esta situação está bem expressa na obra de Diogo do Couto, cujas palavras analisam e denunciam, sem piedade, as vergonhas de um Império afundado em infâmias (mas em todos os impérios as houve...).

No período de 1568 a 1580, e sobretudo devido à acção nociva de D. Sebastião, Portugal levou a efeito uma alteração significativa na orientação estratégica nacional, da Índia para o norte de África. Rodrigues Viana destaca, então, como objectivos políticos nacionais “a tentativa de «reconquista marroquina», o retorno à «política de conquista», a revitalização da diplomacia junto das nações católicas e da Santa Sé (invocando a ameaça turca, para ganhar apoios), e a aproximação à Inglaterra como manobra dissuasora face a Espanha” (pp. 106-107). Esta estratégia global levou a uma acção estratégica militar desastrosa, à ausência de uma estratégia económica que salvaguardasse o comércio no Oriente e à perda da independência política de Portugal.

Para Borges de Macedo, já desde meados de 1545 se começava a esboçar “a perspectiva do cerco espanhol” (p. 92) e que se concretizaria em 1580. Segue-se então, até 1640, o período de domínio filipino, sem que a nação tivesse deixado de existir e sem que se tivesse perdido a verdadeira identidade nacional. Neste período de ocupação, e independentemente de não haver uma estratégia nacional em curso, houve portugueses que sobre ela reflectiam e escreviam os seus propósitos, mesmo correndo alguns riscos pessoais.

Foram os casos de Diogo do Couto (*O Soldado Prático*, 1590, devendo ser lido depois de *Os Lusíadas*)², de Luís Mendes de Vasconcelos (*Arte Militar*, 1612) e de D. Francisco Manuel de Melo (*Politica Militar y Avisos de Generales*, 1638), este último pensador penalizado simultaneamente em Portugal e em Espanha, mas cuja obra é profundamente reconhecida na arte militar, muito para além das

² Da mesma época e de leitura obrigatória, veja-se a obra do Pe. Fernando de Oliveira, *A Arte da Guerra no Mar*, [1555].

fronteiras peninsulares. Para D. Francisco Manuel de Melo, as campanhas militares em que, neste período de ocupação, os efectivos portugueses participaram seriam muito úteis no decorrer da guerra prolongada com Castela. “Estava-se então no meio da agitada e sangrenta situação político-militar vivida por uma grande parte da Europa de Seiscentos, e da qual acabariam por emergir potentados políticos dotados de um efectivo poder e de uma coesão institucional como nunca antes houvera sido possível estabelecer.” (Rui Bebiano, p. 215).

Para Portugal, o século XVII “começa” em 1640, com a proclamação da independência e o início das Guerras da Restauração, e terminará, na prática, com a intervenção militar portuguesa na Guerra da Sucessão de Espanha (GSE), já no final do reinado de D. Pedro II.

Nesse tempo, Portugal teve como objectivos políticos mais ou menos delineados, a obtenção do reconhecimento da sua qualidade de Estado independente, quer por parte dos adversários de Espanha, quer, sobretudo, pelos países neutrais à Guerra dos Trinta Anos. Assiste-se, deste modo, a um esforço inicialmente defensivo no sentido de resistir aos ataques militares da Espanha e, dessa forma, consolidar a independência e a integridade do território, mas em que o factor militar (em profunda organização estava o próprio instrumento militar) estaria ao mesmo nível do factor diplomático, no sentido da obtenção dos necessários apoios internacionais para a reconquista dos domínios coloniais (em especial, do Brasil), para o controlo das rotas e para a inerente exploração económica. Mesmo depois de terminada as Guerras da Restauração, os objectivos políticos continuaram a ser essencialmente defensivos e no sentido da manutenção da neutralidade (Loureiro dos Santos, p. 79) nos conflitos globais, cada vez mais enquadráveis na luta entre a potência marítima (Inglaterra) e a continental (França). Para Borges de Macedo, “a presença portuguesa nas controvérsias da Europa Central, só podia dividir ou enfraquecer” (p. 154), pois a sua sobrevivência passava sobretudo pelo Atlântico, a “área dos seus interesses.” (p. 159).

O século XVIII, que vai desde a GSE no reinado de D. Pedro II à regência de D. João VI, já nas vésperas das invasões napoleónicas, pode considerar-se marcado pela opção de Portugal pelo apoio da potência marítima (Inglaterra), logo a partir de 1703, depois da assinatura do tratado de Methuen. Neste século, Portugal conduziria uma acção estratégica globalmente defensiva, com especial destaque para a importância do factor diplomático e para uma postura de neutralidade relativamente aos conflitos de âmbito global. Em casos excepcionais, (só é neutral quem pode...), e quando estiveram em causa o equilíbrio europeu (veja-se a GSE e as campanhas do Rossilhão, por exemplo), ou os valores cristãos (batalha do Cabo Matapão em 1717, contra a armada turca otomana), Portugal empenhou-se militar e diplomaticamente ao lado da potência marítima (a

Inglaterra) no sentido de defender os seus interesses, que passavam também e sobretudo pela manutenção das possessões ultramarinas (em especial, do Brasil) e das rotas que as ligavam reciprocamente à metrópole. De acordo com António Telo, “Portugal funcionava no essencial como uma imensa placa giratória entre o Brasil e a Europa [...] que era a base da sua prosperidade e a fonte de grande parte dos rendimentos do Estado e dos sectores da sociedade que participavam no comércio internacional.” (p. 18).

A aproximação de Portugal à Inglaterra surgiu das mútuas vantagens para as duas partes, pois mesmo para a Inglaterra as vantagens económicas eram enormes (em especial, depois do consórcio de Methuen), mas as vantagens diplomáticas não eram menores, na medida em que se obtinham com esta aliança político-comercial dois objectivos fundamentais: um melhor e mais eficaz controlo dos mares e a impossibilidade de uma união peninsular.

Segundo Borges de Macedo, “para Portugal, as boas relações com as potências marítimas apresentavam-se como indispensáveis, uma vez que era por mar que se fazia o seu comércio externo mais significativo [...] e por aí, ainda, se defendia o País da hegemonia espanhola.” (p. 219).

Afastar da fronteira nacional os grandes conflitos europeus foi, de facto, um dos objectivos políticos nacionais, nem sempre conseguido, como no caso da GSE, em que Portugal se tornou na *testa-de-ponte* da Inglaterra na sua luta global contra a potência continental (a França). Por outro lado, manter os territórios ultramarinos portugueses (o “coração” da *Estratégia da Coroa*) era um objectivo vital, na medida em que os mesmos espaços constituíam uma fonte de receitas para o Estado, em torno da qual se articulavam as elites.

Francisco de Barros Morais Araújo Teixeira Homem (*Breve Instrução Militar sobre a Infantaria*, 1761) e o Conde de Schaumburg-Lippe (*Exercícios de Meditação Militar*, 1782)³ são os autores deste período, uma altura muito especial relacionada com a discreta participação de Portugal na Guerra dos Sete Anos⁴, em que o último dos autores foi também actor de destaque em Portugal. José Marques Cardoso escreve os seus *Elementos de Arte Militar* (1785)⁵ no final do século e do culminar do Iluminismo, já sob influência dos inovadores escritos de guerra que nos chegavam de França. Este período termina com a primeira grande expedição terrestre portuguesa na Europa, a célebre Campanha do Rossilhão, e

³ Obra que redigiu já doente e nos últimos anos de vida, publicada em 1773, e que viria a ser traduzida para português quase dez anos depois (Rui Bebiano, p. 434). A guerra já é encarada por Lippe como uma ciência e não só um ofício.

⁴ Conflito desencadeado entre 1756-1763 pelo controlo da Alemanha e pela supremacia colonial no norte da América e na Índia.

⁵ “Essencialmente uma compilação, para fins didácticos, de saberes anteriormente estabelecidos.” (Rui Bebiano, p. 437).

que se traduziu num enorme desastre para as tropas portuguesas, ao lado das tropas de Espanha e na luta contra uma França revolucionária.

O século XIX começa com as invasões francesas e termina com as crises do final do século e com a nova opção estratégica por África.

Até 1807, “o reino beneficia comercialmente da sua neutralidade tensa e difícil” justamente porque o mesmo “tem acesso directo aos produtos ultramarinos que a Inglaterra não deixa que os seus inimigos importem.” (António Telo, p. 20).

Com as invasões francesas, e de acordo com Loureiro dos Santos, “a área central portuguesa balizada pelo triângulo Tomar-Abrantes-Santarém confirma-se [...] como uma zona de expectativa estratégica, cuja posse é essencial ao defensor de Portugal...” (p. 28), na linha do sucedido no âmbito da GSE e da Guerra dos Sete Anos.

As guerras liberais que marcaram Portugal e colocariam em dúvida a sua continuidade como Estado-Nação independente criaram situações complexas de alguma indefinição estratégica, sobretudo após a independência do Brasil em 1822. No entanto, podemos resumir os objectivos políticos deste período tão conturbado da História de Portugal à defesa face à França e a Espanha, ao reajustamento da prioridade do Brasil para África, já no final do século XIX e, inclusivamente, com um esforço concertado no sentido da manutenção da influência portuguesa em África, mesmo relativamente à visão expansionista dos aliados (no caso da Inglaterra). Portugal conseguiria manter um estatuto de neutralidade relativamente aos conflitos europeus dos finais do século XIX, o que lhe deu a possibilidade de recuperar economicamente (com Fontes Pereira de Melo) da perda da “fonte” Brasil.

No entanto, não esqueçamos que em 1851, quando o golpe da Regeneração triunfa “só a enérgica intervenção da Inglaterra em Madrid impediu uma invasão da Espanha” (António Telo, p. 42), a mesma Inglaterra que no final do século XIX e já durante essa crise nos impôs o *Ultimatum*, impele-nos patrioticamente à corrida por África (que, magistralmente, Andrade Corvo já tinha antecipado). Esta onda de patriotismo que varreu a sociedade portuguesa leva-nos à ocupação efectiva do império em África, movimento que se desenvolveu sobretudo a partir de 1891, “uma verdadeira catarse para a sociedade portuguesa, uma cura para o patriotismo exacerbado e ferido pelo *ultimatum*.” (António Telo, p. 66).

É o período do General Fortunato José Barreiros, que poucos anos após a edição da obra *Da Guerra*, de Clausewitz (1832), publicava em 1837 a primeira obra de estratégia editada em Portugal – *Ensaio sobre os Princípios Geraes de Strategia e de grande Táctica*. As obras de António José da Cunha Salgado (*Noções Geraes da Guerra*, 1850) e de D. Luís da Câmara Leme (*Elementos de Arte Militar*, 1862-1864) reportam-se já à segunda metade do século XIX, no

período pós-guerra civil em Portugal, mas de grande desenvolvimento em termos da arte e do pensamento militar na Europa.

Em comum a todo o período abrangido pelos nove pensadores e obras supracitados, podemos destacar que, apesar de não ter havido qualquer conceito estratégico explícito, as opções estratégicas que foram sendo alteradas ao longo dos tempos são facilmente perceptíveis. Os interesses nacionais foram determinantes, como enformadores de uma verdadeira “Estratégia de Sobrevivência”, que fez frente a um mundo dominado inicialmente pela Espanha e depois pela Inglaterra e pela França, (período este em que a vizinha Espanha esteve quase sempre ligada à potência continental).

Durante todos estes anos, Portugal perdeu e recuperou a sua independência, foi perdendo gradualmente o seu império ultramarino, com especial destaque para a Índia e para o Brasil (a África era importante, mas apenas somente como fornecedor de mão-de-obra escrava para o Brasil), mas consolidou também as suas ligações ao muito que restava do império, em especial em África. Apesar da redução progressiva do império, Portugal “continuou a utilizar os seus domínios ultramarinos como potencial que reforçava a estratégia defensiva do seu território europeu.” (Loureiro dos Santos, p. 79).

As opções estratégicas dominantes alteraram-se do Índico (Índia) para o Atlântico (Brasil e norte de África) e, depois de 1822, com a independência do Brasil, do continente americano para o africano (de Angola a Moçambique).

Neste sentido, foi lógica a dominância da opção marítima, com a estratégia diplomática a acentuar o esforço no aliado Inglaterra no sentido de garantir o controlo dos mares e das colónias, tão importantes para a independência de Portugal enquanto Estado soberano. Em todo este período se nota também uma tentativa deliberada de afastamento relativamente aos conflitos europeus, em que só nos empenhávamos em situação limite, como no caso da GSE, do Cabo Matapão, da Campanha do Rossilhão e das invasões napoleónicas. E, nestes casos, muitas vezes a fronteira de Portugal coincidiu com a fronteira entre as grandes potências marítima e continental, transformando Portugal numa verdadeira “base de operações” da potência marítima para conquista do continente peninsular e europeu.

A posição geopolítica foi assim, amiúde, limitadora das opções estratégicas nacionais, constituindo-se simultaneamente numa potencialidade e numa vulnerabilidade para Portugal, que foi claramente uma potência do mar neste período...

Apesar dos tempos de crise política (que levariam à perda da independência durante cerca de 80 anos), económica, social e militar que se verificaram ao longo de todo o período em análise, a “Estratégia de Sobrevivência” construída pela

Pena e pela Espada dos “Poucos quanto Fortes”, de Camões, resultou na independência e no prestígio de uma das nações mais antigas do mundo, “acervo” que sustentou (e vem sustentando) a identidade nacional de um povo com cerca de 900 anos de História.

Bibliografia

- Bebiano, Rui – *A Pena de Marte: O discurso da Guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)*, Minerva Coimbra, Coimbra, 2000.
- Borges, João Vieira – *Intervenções Militares Portuguesas na Europa do Século XVIII: uma análise estratégica*, Atena e IAEM, Lisboa, 2000.
- Ferreira, João José Brandão, *A Evolução do Conceito Estratégico Ultramarino Português: Da Conquista de Ceuta à Conferência de Berlim*, Atena, Lisboa, 2000.
- Macedo, Jorge Borges de – *História Diplomática Portuguesa: constantes e Linhas de Força*, edição da Revista Nação e Defesa, IDN, 1987.
- Nogueira, José Manuel Freire – *As Guerras Liberais: uma reflexão estratégica sobre a História de Portugal*, Edição Cosmos, IDN, Lisboa, 2004.
- Santos, J. A. Loureiro dos – *Como Defender Portugal. Opções Estratégicas*, IAEM, Lisboa, 1991.
- Telo, António José e GÓMEZ, Hipólito de la Torre – *Portugal e Espanha nos Sistemas Internacionais Contemporâneos*, Edição Cosmos, Lisboa, 2000.
- Viana, Victor Manuel Rodrigues – *A Evolução do Conceito Estratégico Nacional da Fundação ao Estado Novo*, IAEM, Lisboa, 1996.